

A oportunidade que Portugal não pode desperdiçar

AUTOR**Nuno Lameiras***Presidente da AGEFE***PUBLICAÇÃO****Público***14 de julho de 2026*[**LER O ARTIGO NA PUBLICAÇÃO**](#)

Portugal vive uma rara janela de oportunidade. O Plano Nacional de Centros de Dados, aprovado em março, reconhece os anos de 2026 e 2027 como decisivos: é agora que os grandes operadores internacionais decidem onde instalar, na Europa, a infraestrutura que sustentará a era da inteligência artificial. E Portugal reúne, para isso, condições que poucos países têm. Energia renovável competitiva, conectividade que nos liga diretamente a vários continentes por meio de cabos submarinos, território disponível e talento qualificado. Não é por acaso que o país tem hoje mais de 2,6 gigawatts de capacidade planeada e um crescimento estimado de cerca de 41% ao ano, quase o dobro da média europeia.

Os números do potencial são impressionantes. Por cada gigawatt instalado, o Estado estima oito mil milhões de euros em investimento e um retorno anual da ordem de dezasseis mil milhões de euros. O impacto agregado no PIB poderá situar-se entre 56 e 86 mil milhões de euros até 2040. Falamos de uma transformação com poucos paralelos.

UMA TESE QUE MERECE SER DISCUTIDA

Mas há, neste debate, uma ideia que se repete e merece ser questionada: a de que Portugal precisa, sobretudo, de atrair atores de maior escala do que os que aqui operam. A leitura é compreensível. Os hiperescaladores, os grandes operadores globais de computação em nuvem como a Amazon, a Microsoft ou a Google, movem-se a uma dimensão que as empresas nacionais, isoladamente, dificilmente conseguem acompanhar.

O problema é que esta abordagem trata como falha aquilo que é, na verdade, uma característica estrutural. A dimensão de Portugal é a que é, e não vale a pena fingir o contrário: somos um mercado de pequena escala, ligada à própria dimensão do mercado interno.

Mas a nossa dimensão nunca foi a medida da nossa ambição. Um país com a geografia que temos lançou-se, há cinco séculos, a um projeto à escala do mundo, não por ser grande, mas por ter sabido organizar-se, somar competências e criar a escala que sozinho, à partida, não tinha. A escala, hoje como então, não é um dado adquirido. Constrói-se.

Insistir em que a solução passa por importar escala é desperdiçar a oportunidade de a construir de outra forma.

A RESPOSTA É COLABORATIVA

Há uma alternativa, e é benéfica para todos. Em vez de esperar que a escala venha de fora, podemos gerá-la a partir de dentro, através de modelos colaborativos: associação, integração empresarial, consórcios. Empresas que, isoladamente, não teriam dimensão para responder às exigências de um hiperescalador podem, articuladas, oferecer exatamente a capacidade e a robustez que esses investidores procuram.

Para os investidores, esta não é uma concessão ao país anfitrião; é uma vantagem concreta. Uma cadeia de valor assente em parceiros locais conhece melhor o terreno, da rede elétrica ao licenciamento, da geografia às comunidades. Integra-se com mais facilidade no território e protege o projeto de fragilidades que uma operação isolada não consegue antecipar. E enraíza-o, o que é hoje, como veremos, uma condição de aceitação. Trazer tudo de fora só compensa para quem ignora o resto da equação.

A LICENÇA SOCIAL NÃO SE DECRETA

E há uma dimensão que nenhum investidor pode hoje ignorar: a aceitação das comunidades. Os centros de dados têm uma notoriedade pública que nem sempre lhes é favorável. A experiência de outros países é elucidativa. Em Aragão, em Espanha, movimentos de cidadãos organizaram-se contra o consumo de água destas infraestruturas sob lemas como "a tua nuvem seca o meu rio". Há projetos travados ou repensados em Espanha, na Irlanda, nos Países Baixos. Estudos europeus mostram que a maioria dos cidadãos só aceita novos centros de dados se forem alimentados por energia limpa.

Vivemos um paradoxo que importa resolver. As populações receiam o impacto destas infraestruturas no consumo de energia e de água, mas já não prescindem dos serviços digitais que delas dependem. Compatibilizar as duas realidades faz-se, desde logo, com tecnologia cada vez mais eficiente e sustentável. Mas faz-se também ancorando os projetos nas comunidades, de uma forma que gere benefícios concretos para quem os acolhe. E é precisamente isso que um modelo assente em atores locais está em melhores condições de assegurar.

A ENERGIA É A VANTAGEM E O LIMITE

A energia, que é um dos nossos maiores trunfos, é também o nosso maior constrangimento. Os centros de dados são consumidores intensivos de eletricidade, e o seu peso ajuda a explicar uma projeção impressionante: no cenário central do Relatório de Monitorização da Segurança de Abastecimento (RMSA-E), o consumo elétrico nacional quase duplica numa única década, de cerca de 53 para perto de 104 terawatt-hora entre 2025 e 2035, um ritmo sem precedentes na nossa história energética recente. Tão intensa é esta procura que, lá fora, há já gigantes tecnológicos a contratar centrais nucleares dedicadas para alimentar os seus centros de dados, e que o próprio debate sobre o nuclear, entre nós quase um tabu, começa a regressar à agenda. É uma pressão que o sistema terá de absorver, com investimento continuado na produção renovável e, sobretudo, na rede, para que a oportunidade não esbarre na sua própria infraestrutura.

O CAMINHO

Para que este caminho se concretize, são necessárias duas coisas. Que o poder político reconheça o valor estratégico dos modelos colaborativos, em vez de medir o sucesso apenas pela dimensão de quem atraímos. E que os investidores compreendam que mobilizar o tecido local não é um custo, mas um fator de eficácia e sustentabilidade em toda a cadeia de valor.

Neste esforço, a indústria eletrodigital desempenha um papel duplo. A montante, é ela que fornece e instala a infraestrutura que torna estes investimentos possíveis. A jusante, é ela que mais beneficia dos clusters que daqui podem nascer: polos capazes de atrair investimento estrangeiro e irradiar competências, inovação e eficiência por toda a economia. Porque um país que se torna relevante na infraestrutura digital não fortalece apenas um setor; torna mais competitivos todos os que dela dependem, que hoje são quase todos.

Durante séculos, a posição atlântica fez de Portugal um ponto de passagem para o mundo. A era digital oferece-nos a hipótese de o voltarmos a ser, agora como nó da infraestrutura que move a economia global. Mas há uma diferença que faz toda a diferença: desta vez, o valor não tem de passar por nós, pode ficar.

Porque a questão não é apenas se os centros de dados virão. A questão é o que deixarão para trás: um conjunto de infraestruturas que consomem o nosso território e a nossa energia, ou um ecossistema que fixa valor, gera competências e torna o país inteiro mais forte. Essa escolha é nossa e faz-se agora. Não a competir pela escala que não temos, mas a construir, em conjunto, a escala que podemos ter.

PUBLICAÇÃO ORIGINAL

Artigo originalmente publicado no Público, em 14 de julho de 2026. [Consultar artigo aqui](#)